

6. Contrato de comodato VivoLocal - UF Nogueira, Fraião e Lamações.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal, proposta de contrato de comodato, entre o Município de Braga e a União de Freguesias Nogueira, Fraião, Lamações, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas i) e j) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 162

Data: 03/01/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Comodato VivoLocal - UF Nogueira, Fraião e Lamações

PROPOSTA: Propõe-se, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alíneas i) e j), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal aprove e submeta à consideração da Assembleia Municipal a aprovação da minuta de Contrato de Comodato constante do documento anexo.

Considerando que a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, constituem atribuições dos municípios, nos termos do estabelecido no n.º 1, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual);

Considerando que compete à câmara municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças” (cfr. alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);

Considerando que compete à câmara municipal “deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município...” (cfr. alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);

Considerando o interesse público subjacente à celebração do presente contrato, alcançado através do desenvolvimento da atividade física e de lazer, contribuindo assim, para uma resposta às infraestruturas de apoio social, recreativo e de suporte familiar do concelho de Braga;

Considerando ainda que a celebração do presente contrato visa assegurar uma gestão e utilização racional dos bens imóveis objeto do presente contrato concretizando a necessária ponderação entre os custos e benefícios.

Propõe-se, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alíneas i) e j), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal aprove e submeta à consideração da

Assembleia Municipal a aprovação da minuta de Contrato de Comodato constante do documento anexo.

Anexos:

- 1. Contrato de Comodato UF Nogueira, Fraião e Lamações**
- 2. Ata nº 51 Assembleia**

CONTRATO DE COMODATO

Considerando que a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, constituem atribuições dos municípios, nos termos do estabelecido no n.º 1, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual);

Considerando que compete à câmara municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças” (cfr. alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);

Considerando que compete à câmara municipal “deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município...” (cfr. alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);

Considerando o interesse público subjacente à celebração do presente contrato, alcançado através do desenvolvimento da atividade física e de lazer, contribuindo assim, para uma resposta às infraestruturas de apoio social, recreativo e de suporte familiar do concelho de Braga;

Considerando ainda que a celebração do presente contrato visa assegurar uma gestão e utilização racional dos bens imóveis objeto do presente contrato concretizando a necessária ponderação entre os custos e benefícios.

É celebrado entre:

Primeiro Outorgante - Município de Braga, pessoa coletiva número 506901173, com sede na Praça do Município, Braga, neste ato devidamente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato.

e

Segundo Outorgante – União de Freguesias Nogueira, Fraião, Lamações, pessoa coletiva número 510 838 260, com sede na Rua do Agrelo,17, concelho de Braga, neste ato devidamente representado pelo Presidente da Junta de Freguesia José A. Pinto de Matos, com poderes para o ato.

Disseram os outorgantes que é de livre e espontânea vontade que reciprocamente celebram o presente contrato de comodato que se rege pelas cláusulas seguintes:

1.ª

(Objeto)

1. O primeiro outorgante é dono e legítimo possuidor de uma parcela de terreno destinada a equipamento, sita na Rua da Senra (Urbanização da Quinta do Outeiro), freguesia de Lamações, conforme Alvará de Loteamento nº 66/94.
2. A mencionada parcela de terreno destina-se à Prática Desportiva e de Lazer.

2.ª

(Finalidade)

1. Por este contrato, em regime de comodato, o primeiro outorgante autoriza o segundo outorgante a utilizar, a título gratuito, o imóvel identificado na cláusula anterior.
2. O segundo outorgante só poderá utilizar o imóvel objeto deste comodato para o fim a que o mesmo se destina, ou seja, para construção e disponibilização à população de um parque desportivo e de lazer, não podendo alterar tal fim.

3.ª

(Regime de Utilização)

1. O segundo outorgante só poderá utilizar o imóvel objeto do presente comodato para outro fim, se obtiver previamente a devida autorização por escrito do primeiro outorgante.
2. O segundo outorgante não poderá ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa do primeiro outorgante para o efeito.
3. Finda a vigência do presente contrato, o segundo outorgante deverá entregar ao primeiro outorgante o imóvel, em bom estado de conservação e utilização.
4. A manutenção do imóvel fechado e/ou degradado e/ou sem utilização por um período superior a um ano, sem qualquer motivo justificativo e atendível, é fundamento para a cessação imediata do contrato por parte do primeiro outorgante.

4.ª

(Período de Vigência)

1. O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e manter-se-á enquanto se destinar ao fim objeto deste contrato, ou seja, a Prática Desportiva e de Lazer.

5.ª

(Obras)

1. O primeiro outorgante autoriza, desde já, o segundo outorgante a fazer, no local, as obras e benfeitorias necessárias ou convenientes para o fim a que está destinado.

2. As obras e benfeitorias que forem executadas pelo segundo outorgante, passarão a fazer parte integrante do prédio e, findo o contrato, pertencerão ao primeiro outorgante sem direito a qualquer indemnização ao segundo outorgante.

3. Os encargos decorrentes da atividade normal no imóvel, nomeadamente os encargos que resultam dos gastos de manutenção e conservação periódica, bem como os que resultam da utilização diária das instalações, ficam a cargo do segundo outorgante.

6.ª

(Obrigações Legais)

O segundo outorgante fica vinculado a todas as obrigações legais que, na qualidade de comodatário, sobre ele impendem, nomeadamente as previstas nos artigos 1135.º e 1136.º, do Código Civil.

7.ª

(Omissões)

Em tudo o que este contrato for omissivo ou não regular de modo diverso, aplica-se a lei geral e em especial as disposições do Código Civil relativas ao comodato

8.ª

(Foro)

Para a resolução de todas as questões emergentes do presente contrato, as partes elegem como competente o foro da comarca de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Para constar se lavra o presente contrato, em duplicado, ambos com valor de original, ficando cada outorgante na posse de um exemplar.

Braga, 08 de janeiro de 2024.

Pelo Município de Braga,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela União de Freguesias Nogueira, Fraião, Lamações

(José A.Pinto de Matos)



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÕES

MUNICÍPIO DE BRAGA

Ata nº 51

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na sede da Junta de Freguesia, sita na Rua do Agrelo, 17 - Nogueira, uma reunião extraordinária da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, convocada nos termos do disposto dos artigos 20º e 22º da Lei 75/2013, de 12 de setembro pelo seu Presidente, José António Pinto de Matos, para cumprimento da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- Ponto 1. Aprovação da proposta de contrato em regime de comodato de uma parcela de terreno, sita na Rua da Senra (cf. Alvará de Loteamento nº 66/94);
- Ponto 2. Aprovação da proposta de Protocolo de apoio no âmbito da ação social escolar para fornecimento de refeições escolares para o ano letivo 2023/2024;
- Ponto 3. Aprovação da minuta do Acordo de colaboração no âmbito das atividades de animação e apoio à família (AAAF) na educação pré-escolar;
- Ponto 4. Proposta de isenção de pagamento de taxas de ocupação de espaços para pernoita nas Jornadas Mundiais da Juventude.
- Ponto 5. Aprovação da alteração modificativa do Orçamento do ano de 2023.

Declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Junta, José António Pinto de Matos, estavam presentes os elementos da Junta de Freguesia, eleitos na Assembleia de Freguesia de vinte de outubro, para o mandato de 2021/2025: Suzana Rafaela Ferreira Leite, Ana Margarida Carvalho, Rui Pedro Oliveira Almeida Ramos e André Manuel Gomes de Matos.

Ponto 1. Aprovação da proposta de Protocolo de apoio no âmbito da ação social escolar para fornecimento de refeições escolares para o ano letivo 2023/2024; -----

A Câmara Municipal de Braga, na sua Reunião ordinária pública de 2023/06/12, aprovou a Junta de Freguesia como Entidade Parceira para prestação dos serviços de refeições para as crianças da educação pré-escolar e para os alunos do 1º CEB dos Jardins de Infância e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico da área da nossa União de Freguesias. -----

Considerando que: o apoio em matéria de alimentação no âmbito de ação social de educação no pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico se insere nas atribuições dos municípios nos domínios da educação e ação social, previstas nas alíneas. d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação; um dos apoios a prestar em matéria de alimentação no âmbito da ação social escolar é “o fornecimento de refeições gratuitas ou a preços comparticipados” – de acordo com as disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 12.º e a alínea b) do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março; os municípios podem realizar parcerias que permitam assegurar o serviço de refeições através da celebração de protocolos em termos que protejam os direitos e deveres de cada uma das partes; a Câmara Municipal de Braga, na sua Reunião ordinária pública de 2023/06/12, aprovou a Junta de Freguesia como Entidade Parceira para prestação dos serviços de refeições para as crianças da educação pré-escolar e para os alunos do 1º CEB

dos Jardins de Infância e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico da área da nossa União de Freguesias; a Junta de Freguesia considera que as respostas socioeducativas, atendendo à dimensão dos estabelecimentos de ensino e às especiais condições no fornecimento de refeições, ficam melhor acauteladas se asseguradas por uma entidade de apoio social local - a JF -, em virtude da proximidade da população, maior conhecimento das suas necessidades e garantia de maior racionalização dos recursos, o Senhor Presidente da Junta propôs que se aprovasse a proposta de protocolo de apoio no âmbito da ação social escolar para fornecimento de refeições escolares e, sendo aprovada, se encaminhasse para aprovação em Assembleia de Freguesia. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 2. Aprovação da minuta do Acordo de colaboração no âmbito das atividades de animação e apoio à família (AAAF) na educação pré-escolar; -----

A Câmara Municipal de Braga propõe-se delegar na Junta de Freguesia a organização das atividades de animação e apoio à família (AAAF) na educação pré-escolar, considerando que determinadas competências ficam melhor acauteladas se delegadas em entidades locais, em virtude da proximidade da população, maior conhecimento das suas necessidades, com garantia de maior racionalização dos recursos. -----

Considerando que: em face das necessidades manifestadas pelas famílias se mostra imprescindível dar uma resposta social adequada, proporcionando a todas as crianças atividades de animação e assegurando o seu acompanhamento antes e ou depois do período diário de atividades educativas e ou durante o período de interrupção das mesmas; uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais e outras entidades locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações; a Câmara Municipal de Braga, na sua Reunião ordinária pública de 2023/06/12, aprovou a Junta de Freguesia como Entidade Parceira para a organização das atividades de animação e apoio à família (AAAF) na educação pré-escolar dos Jardins de Infância da área da nossa União de Freguesias; a Junta de Freguesia também considera que essas competências ficam melhor acauteladas se organizadas por entidades locais - a JF -, em virtude da proximidade da população, maior conhecimento das suas necessidades e garantia de maior racionalização dos recursos, o Senhor Presidente da Junta propôs que se aprovasse a proposta de acordo de colaboração no âmbito das atividades de animação e apoio à família (AAAF) na educação pré-escolar e, sendo aprovada, se encaminhasse para aprovação em Assembleia de Freguesia. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 3. Aprovação da proposta de contrato em regime de comodato de uma parcela de terreno, sita na Rua da Senra (cf. Alvará de Loteamento nº 66/94); -----

A Junta de Freguesia solicitou à Câmara Municipal de Braga que lhe fosse atribuída a propriedade da parte do terreno, desde sempre ocupado pela Junta de Freguesia, na Rua da Senra, 4715-276, em Lamações, onde está instalado o campo de ténis, tendo em vista o desenvolvimento do projeto "Vivolocal". -----

Considerando que: no processo de desenvolvimento do projeto para o espaço Vivolocal, se constata que apenas uma parte do terreno desde sempre ocupado pela Junta de Freguesia, onde está instalado o campo de ténis, não está registado em nome da Junta (estão apenas 420m², artigo matricial: 2095, resultantes da desanexação do domínio público); a situação atual de propriedade inviabiliza a colocação em concurso público do projeto desenvolvido para o espaço (uma vez que se estende pelo citado campo de ténis); o referido espaço ainda se encontra como domínio público (CMB); a Câmara Municipal de Braga considerou que a cedência por comodato seria a solução adequada, por suficiente para o pretendido, o Senhor Presidente da Junta apresentou para aprovação a proposta de contrato de comodato e, sendo aprovada, se encaminhasse para aprovação em Assembleia de Freguesia. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 4. Proposta de isenção de pagamento de taxas de ocupação de espaços para pernoita nas Jornadas Mundiais da Juventude. -----

A equipa organizadora da vinda de jovens de várias nacionalidades para as Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ) solicitou ajuda especificamente na disponibilização de espaço para pernoita entre os dias 22 e 31 de julho. -----

Considerando que: as Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ) são um evento religioso e cultural de âmbito internacional promovido pela Igreja Católica que visa reunir jovens de todo o mundo (o evento é uma peregrinação e uma festa da juventude aberta a todos, mais próximos ou mais distantes da Igreja); este ano a Jornada Mundial da Juventude será realizada em Lisboa, esperando-se que mais de um milhão de jovens participem do evento em Portugal; as Jornadas Mundiais da Juventude oferecem aos jovens a oportunidade de se envolverem em atividades culturais e sociais que promovem a paz e a justiça social; antecedendo as Jornadas em Lisboa, um grupo de jovens de várias nacionalidades passará por Nogueira entre os dias 22 e 31 de julho (oportunidade única tanto para quem os acolhe quanto para quem os recebe); durante este período, esses jovens visitarão a região com uma agenda cultural em intercâmbio com a comunidade paroquial de Nogueira e voluntários associados a este evento; a equipa organizadora da vinda deste grupo solicitou ajuda especificamente na disponibilização de espaço para pernoita entre os dias 22 e 31 de julho, o Senhor Vogal da Junta Rui Ramos propôs que se isentasse do pagamento de taxas da ocupação dos espaços, ao abrigo do n.º 3 do art.º 3 do Regulamento Geral e Tabela de Taxas e Licenças da Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações e, sendo aprovada, se encaminhasse para aprovação em Assembleia de Freguesia. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 5. Aprovação da alteração modificativa do Orçamento do ano de 2023. -----

Considerando que, por vicissitudes várias, a CM Braga apenas pagou à N/ Junta de Freguesia a quantia de € 82.348,75 correspondente à 4.ª tranche do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências referente aos Espaços Verdes, à Limpeza, à Manutenção do Mobiliário Urbano, e à Manutenção das Escolas do ano civil de 2022 no presente ano civil de 2023; e, muito embora ainda não tenha decorrido metade do exercício económico em curso, na presente data já se verifica uma execução orçamental excedentária da receita na

quantia de € 3.893,33, quer relativamente ao Campo de Futebol "A Caseta", quer relativamente ao Pavilhão de Nogueira, o Senhor Presidente da Junta propôs que se aprovasse a proposta de inclusão, no Orçamento de 2023, das quantias mencionadas e, consequentemente, a aprovação da 2.ª Alteração Modificativa Orçamental da Receita, da 2.ª Alteração Modificativa Orçamental da Despesa e da 6.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, o Senhor Presidente da Junta propôs que se aprovasse a proposta alteração modificativa do Orçamento do ano de 2023 e, sendo aprovada, se encaminhasse para aprovação em Assembleia de Freguesia. -----

Aprovação da ata em minuta -----

Todas as deliberações foram aprovadas, em minuta, por unanimidade, em harmonia com o disposto no artigo 57º da Lei n.º 75/2013 para que as deliberações produzam efeitos imediatos. -----

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, quando eram vinte e três horas e trinta minutos, dela se lavrando esta ata que eu, Suzana Rafaela Leite, redigi e que vai ser assinada pelos presentes. -----

O PRESIDENTE:

(José António Pinto de Matos)

A SECRETÁRIA:

(Suzana Rafaela Ferreira Leite)

A TESOUREIRA:

(Ana Margarida Ferreira Carvalho)

O VOGAL:

(Rui Pedro Oliveira Almeida Ramos)

O VOGAL:

(André Manuel Gomes de Matos)